

UEL/AfroAtitude: balanço e perspectivas

Frederico Augusto G. Fernandes*

A UEL no contexto pós-Durban

Desde a implantação, o Programa Nacional AfroAtitude (PNA) reflete uma transformação de ordem política e ideológica que afeta toda sociedade brasileira. Baseado na implantação do sistema de cotas para negros em Instituições de Ensino Superior (IES) públicas, o PNA foi gestado no debate a respeito da condição do negro no Brasil. Essas questões, por sua vez, foram, em grande parte, legitimadas pela Conferência Mundial de Combate ao Racismo¹. Não podemos nos eximir de dizer que os diferentes discursos sobre o racismo e as ações afirmativas constituem um campo bastante amplo, minado de controvérsias, em que as vozes acadêmicas e militantes se encontram, por vezes, embaraçadas e apresentam uma série de desdobramentos como a lei nº 10.639 de 2003, que prevê o ensino da História e da Cultura Afro-Brasileira e Africana nas escolas brasileiras, o projeto Uniafro do Ministério da Educação, a Lei de Reforma Universitária, ainda em discussão no Congresso, que traz a inclusão de cotas para todas as IES públicas. Sem querer adentrá-lo, farei, aqui, uma reflexão a respeito do AfroAtitude em uma universidade estadual do norte do Paraná, a Universidade Estadual de Londrina (UEL).

A UEL foi a primeira IES pública a aderir ao Programa Brasil AfroAtitude na Região Sul do País. Sua inserção precoce se dá pela aprovação do sistema de cotas ocorrida no ano de 2004, nos conselhos superiores². Em que pese o fato de sua aprovação representar um grande avanço para um senso comum formado por boa parte dos habitantes dessa Região, que entende, de modo equivocado, ser desrespeitoso chamar alguém de pele preta de “negro”, devendo se referir a ela como “morena”, o sistema de cotas da UEL apresenta algumas imperfeições, visto que efetivamente não há reservas das vagas ofertadas pelos cursos, mas uma reserva de 40% proporcional ao número de vestibulandos que se inscrevem para a UEL no sistema de cotas, respeitando um limite máximo de 40% do número de vagas ofertado pelo curso, sendo que, desse total, até a metade pode ser reservada para alunos que se declararam negros no processo de inscrição. O problema principal reside no fato de que, nos cursos de bacharéis, ainda sendo os mais concorridos os da área da saúde,

há uma falta de auto-estima entre os alunos da rede pública de ensino que nem sequer se arriscam a fazer a inscrição, o que diminui consideravelmente as chances dos cotistas ingressarem na Universidade.

Os resultados iniciais foram recebidos com certa frustração pela comissão de acompanhamento de alunos cotistas, visto que, nos cursos mais concorridos foi pequena a aprovação. No curso de medicina, por exemplo, apenas 2 alunos negros foram aprovados no vestibular de 2005. Tradicionalmente, este curso se caracteriza pela presença maciça de alunos brancos e o sistema de cotas da UEL pouco alterou tal quadro. Dados de 2005, ano de implantação do sistema de cotas da UEL, indicam que 75,45% dos alunos matriculados nos cursos de graduação se declararam brancos; 15,33%, pardos; 5,98%, amarelos, e apenas 2,91%, negros. Estes dados refletem que ainda há uma maciça população de brancos nos cursos de graduação da instituição e que o sistema de cotas da UEL, *per se*, mostra-se insuficiente para atenuar a desigualdade racial nas salas de aula, uma vez que o somatório de negros e pardos não chega a 20% do total de alunos em 2005.

Por outro lado, não se pode desconsiderar que o primeiro passo foi dado e que ele serviu para demonstrar que, por menor que seja a inserção de alunos via cotas, isso condiz com uma ação inclusiva e afirmativa. Um dado, nesse sentido, diz respeito à baixíssima taxa de evasão dos alunos que ingressaram pelo sistema de cotas em relação ao sistema universal e à média escolar, que é em geral a mesma para cotistas e não-cotistas, mas que, em alguns casos, chega a ser superior. Nesse sentido, a taxa de evasão dos ingressantes em 2005, por meio de concurso vestibular, é de 3,50% para os cotistas que se declaram negros, 3,88% para cotistas que não se declaram negros e 8,42% para os ingressantes não optantes por cotas. Somados os percentuais de evasão de universitários ingressantes pelo sistema de cotas, o número é inferior ao do sistema universal.

No que diz respeito à média escolar do aluno cotista em relação ao aluno ingresso pelo sistema universal, a diferença não é muito grande. A média aritmética dos alunos cotistas negros no primeiro ano (2005) foi de 6,98 e a dos alunos da escola pública que não se declaram negros foi de 7,31; já a dos não optantes por cotas foi de 7,31, dando uma média geral de 7,30.

Esses dados quebraram o principal mito daqueles que esbravejavam contra as cotas: o de que os alunos cotistas não iam conseguir acompanhar o curso em razão da fragilidade de seus conhecimentos, pois estavam sendo “privilegiados” pelas cotas. Os dados obtidos pela Pró-Reitoria de Graduação da UEL (os quais não expõem os alunos cotistas, pois não revelam nomes), demonstram que o sistema de cotas contribui para salvaguardar o direito ao ensino superior à população que não pôde pagar escola. A publicação *Cadernos de Avaliação Institucional*⁸ de 2005 corrobora algumas mudanças socioeconômicas observadas entre os alunos. Por exemplo, o último perfil socioeconômico realizado em 2003 apontava que 30,57% dos alunos eram oriundos de famílias cuja renda não ultrapassava o montante de 5 salários mínimos. Em 2005, este número, que já era elevado e desconstruía o discurso de que a universidade pública era só para os bem nascidos, teve um aumento de 10,30%. Se, por um lado, esse aumento diz respeito ao empobrecimento da classe média no País, por outro, não deixa de revelar que as cotas contribuíram para esse

aumento, pois colocaram na Instituição 1214 alunos no ano de 2005 e 1529 alunos no ano de 2006, isto é, alunos que nunca estudaram em escolas particulares.

Com a implantação em 2005, o principal desafio do sistema de cotas foi criar mecanismos de permanência do aluno cotista na Instituição. Em grande parte, projetos como o Uniafro, do Ministério da Educação (MEC), e o Programa Brasil AfroAtitude, do Ministério da Saúde (MS), em convênio com a Secretaria Especial de Promoção de Políticas de Igualdade Racial (SEPPIR), Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), a Secretaria de Ensino Superior (Sesu) e Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), ambas do Ministério da Educação, com verbas da Unesco, contribuíram, por meio de bolsas, para a taxa de evasão de alunos negros cotistas ser baixa em 2005. Ambos os projetos não atendem demandas de alunos negros ingressos pelo sistema de cotas.

Em 2005, havia 60 bolsas, sendo 50 de alunos do AfroAtitude e 10 oriundas do projeto Uniafro. Em 2006, houve um acréscimo de apenas 10 bolsas (no mês de novembro) em consequência da aprovação do projeto Uniafro 2. Se, por um lado, a iniciativa tanto do MEC como das secretarias especiais do MS e da Unesco conferia um certo alento para as IES que já haviam implantado o sistema de cotas, por outro, observou-se que houve um aumento de mais de 100% da demanda em números totais, ao passo que o aumento do número de bolsas foi de apenas 16,66%, nesses dois projetos.

Muitos alunos encontram-se sem bolsa e o impacto disso poderá ser observado quando a Pró-Reitoria de Graduação da UEL fizer um balanço do número de cotistas negros evadidos no ano de 2006 em relação ao de 2005. Isso também implica a necessidade de um posicionamento mais transparente dos governos com relação à política de afirmação social, via cotas de IES públicas. No Paraná, além das bolsas do AfroAtitude e do Uniafro, há também as bolsas de inclusão social mantidas pela Fundação Araucária, uma fundação de apoio à pesquisa do Estado do Paraná. No ano de 2005, havia 120 bolsas, e houve um acréscimo de 28,57% para 2006. A principal diferença entre a bolsa de inclusão social e as do AfroAtitude/Uniafro é que as primeiras são para alunos cotistas oriundos de escola pública, compreendendo o universo de alunos que se declararam negros, brancos, amarelos ou pardos. Já os dois últimos programas atendem apenas alunos cotistas que se declararam negros.

Ainda assim, se considerarmos os percentuais de atendimentos destas duas modalidades de bolsas, verificaremos que, em 2005, as bolsas de inclusão social da Fundação Araucária atendiam a 9,88% do total de alunos ingressos pelo sistema de cotas. Já as bolsas AfroAtitude/Uniafro atendiam perto de 21% dos alunos ingressos pelo sistema de cotas que se declararam negros em 2005 e 20,58% em 2006⁴. Considerando que o número de cotistas negros na UEL aumentou de 286, em 2005, para 626, em 2006, as 70 bolsas atendem apenas a 11,18% dos cotistas.

Os dados numéricos, ainda que digam que as bolsas são uma gota d'água no oceano, dentro de uma perspectiva qualitativa, há uma modificação substancial na forma de o aluno bolsista negro se olhar e ser olhado dentro da universidade pública. Nesse sentido, as 50 bolsas do AfroAtitude representam, do ponto de vista institucional, um acréscimo de participação de alunos em projetos de ensino, extensão

e, principalmente, de pesquisa. É um ganho político, à medida que a Instituição abraça a causa de combate à desigualdade social, começando pelo atendimento de seu próprio público. Do ponto de vista do aluno, os ganhos vão desde o processo de formação acadêmica que o projeto prima, pois os alunos participam diretamente de projetos de ensino, pesquisa ou extensão, até a formação de uma consciência de ser negro na sociedade atual, bem como de se tornar um multiplicador de informações sobre a prevenção das DST/AIDS. Isso se reflete em seminários, com apresentação de trabalhos de alunos, publicação de textos, campanhas voltadas para a comunidade acadêmica e local, ou seja, o projeto UEL/AfroAtitude e Uniafro apresentam uma via de mão dupla, pois ao mesmo tempo em que colocam o aluno como produtor do conhecimento, fazem dele um extensionista nato.

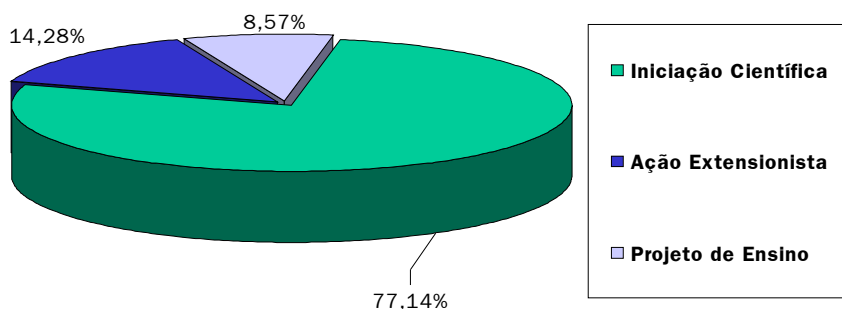
Uma outra vertente que merece ser ressaltada é a construção de uma consciência entre bolsistas do AfroAtitude no Paraná, que se deu em razão do Primeiro Encontro de Bolsistas AfroAtitude, ocorrido na Universidade Federal do Paraná (em Curitiba). Este encontro, além de se colocar como uma troca de experiências sobre as possibilidades de atuação dos bolsistas AfroAtitude, permitiu aos mesmos construir uma voz própria, isto é, colocarem-se como sujeitos ativos do processo, de modo a opinarem sobre os percalços da ação cotidiana e pensarem soluções para os mesmos.

A UEL e o AfroAtitude

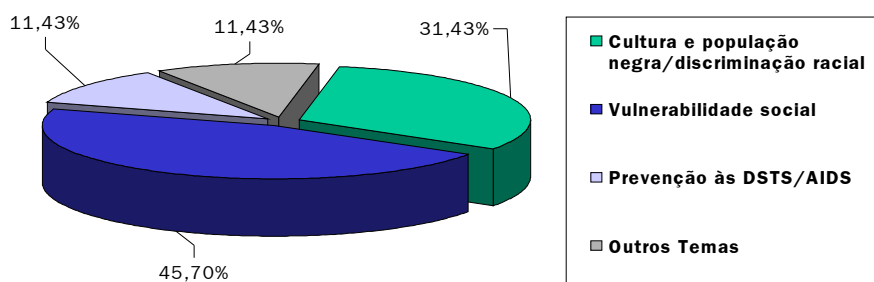
Na UEL, o projeto AfroAtitude iniciou suas atividades em março de 2005 e teve, logo no início, que sofrer modificações, para poder ser viabilizado, o que o distanciou de seus objetivos iniciais. Estava prevista, no projeto inicial, uma parceria com associações como a ALIA (Associação Londrinense Interdisciplinar de AIDS), NLRD (Núcleo Londrinense de Redução de Danos), Adé Fidan (Organização Não-Governamental que trabalha com apoio a transgêneros, transexuais e travestis), entre outras, na qual a UEL encaminharia 26 alunos com bolsa do Programa Brasil AfroAtitude para lá. Isso não ocorreu porque a coordenação do Programa não permitiu tal forma de ação, considerando que a modalidade se configuraria como estágio e exigiu da Universidade o envolvimento dos alunos bolsistas em projetos que pudessem atuar junto a estas instituições.

Não tendo projetos diretamente ligados a estas instituições, a coordenação do UEL/AfroAtitude alocou os bolsistas em projetos de ensino, pesquisa e de extensão, a partir de maio de 2005, constituindo quatro modalidades temáticas: “População Negra, Vulnerabilidade Social, DST/AIDS e Outras”. A última modalidade revelou uma certa fragilidade, visto que se tratava de uma modalidade de atuação do bolsista que fugia às diretrizes iniciais do Projeto. Como forma de contornar tal situação, foram realizadas atividades como oficinas e capacitação de alunos, visando a inseri-los dentro dos dois nortes principais do projeto: a questão das DST/AIDS e da Discriminação Racial. Estas iniciativas se deram com a oferta de oficinas, minicursos, seminários, palestras e organização de eventos, feitas no sentido de capacitar os bolsistas do UEL/AfroAtitude para fazerem intervenções no âmbito das questões ligadas à consciência negra e prevenção às DST/AIDS.

Assim, quanto à modalidade de participação dos bolsistas do UEL/AfroAtitude, para o ano de 2005, temos: 77,14% desenvolveram projeto iniciação científica; 14,28% participaram de projetos de extensão; e 8,57% de projetos de ensino⁵.



Quanto aos temas: 45,7% dos projetos desenvolvidos diziam respeito à vulnerabilidade social; 31,43% à cultura e população negra; 11,43% à prevenção das DST/AIDS; e 11,43% a outros temas.



Nota-se, com os dados acima apresentados, que houve uma maior participação em projetos de pesquisa, por meio de desenvolvimento da iniciação científica, do que das outras modalidades. A formação de iniciação científica torna o graduando diferenciado, pois já incute nele os pressupostos da pesquisa e da formação continuada, a disseminação escrita e oral e a participação em eventos acadêmicos, a capacidade de organização de dados e o raciocínio questionador e argumentativo. Em síntese, a iniciação científica ajuda o graduando a indagar, à medida que lhe possibilita o exercício da reflexão.

Na UEL, o relatório final dos bolsistas AfroAtitude que participaram de projeto de iniciação científica se deu com a entrega de um artigo sob supervisão do orientador. Os trabalhos foram surpreendentes, considerando que se tratava de alunos da primeira série, que descortinavam um mundo extremamente novo em relação ao seu cotidiano, quer como vivência em sala de aula, quer como participação em projetos. Nesse sentido, decidimos criar um canal de disseminação para os trabalhos dos alunos, que foi sendo gestado ao longo de 3 meses. O resultado foi a criação de

uma publicação eletrônica intitulada *Afroatitudeanas*, que tem como principais objetivos:

- Disseminar trabalhos acadêmicos de bolsistas ligados ao Programa Brasil AfroAtitude;
- Promover debates e reflexões sobre as questões de discriminação racial, direitos humanos, vulnerabilidade social e prevenção às DST/AIDS;
- Criar um canal de comunicação com diversas comunidades a respeito dos temas e trabalhos desenvolvidos pelas IES participantes do Programa Brasil AfroAtitude.

Como se nota, a proposta da *Afroatitudeanas* não se restringe ao escopo de produções acadêmicas da UEL. A revista tem por meta alcançar as outras instituições e promover a troca de experiências entre os bolsistas, coordenadores e demais envolvidos com o Programa Brasil AfroAtitude.

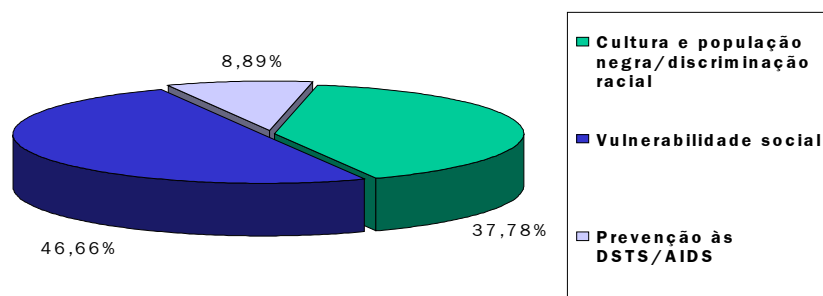
O primeiro número, lançado em novembro de 2006, colocou à disposição artigos produzidos por bolsistas do UEL/AfroAtitude que versaram sobre a temática “discriminação racial/cultura e população negra”. Três outros números estão previstos com as temáticas “vulnerabilidade social”, “prevenção das DST/AIDS” e “direitos humanos”.

Se, por um lado, há uma crítica de que os temas restringem a atuação de bolsistas de cursos como Agronomia, Zootecnia, Arquitetura, Química, entre outros, cujos projetos não tocam, diretamente, as temáticas do AfroAtitude; por outro, isso faz com que o pesquisador/professor e o aluno bolsista vislumbrem um alcance social para o conhecimento produzido no intramuros da Instituição. Em outras palavras, o AfroAtitude contribui, de maneira geral, com a produção do conhecimento voltado para sociedade, uma vez que faz com que o pesquisador, professor coordenador do projeto, volte-se para os potenciais de ligação entre seu tema de pesquisa e a comunidade local. Gostaria, nesse sentido, de citar como exemplo o projeto sobre o Atlas Lingüístico Brasileiro, coordenado pela professora Dr^a Vanderci Aguilera, que apontou para a possibilidade de estudar a influência africana nos falares paranaenses, filão até pouco tempo não enfatizado entre seus bolsistas de iniciação científica do CNPq e Fundação Araucária.

No processo de implantação, justificava-se o bolsista participar de projetos cuja temática não se enquadrava em nenhuma das quatro apontadas pelo Programa Brasil AfroAtitude, pois não era razoável deixar de fora alunos de cursos cujo objetivo de pesquisa tradicionalmente não versava sobre as 4 temáticas propostas. Mas, com a renovação, após 1 ano, urge que os projetos AfroAtitudes alocados nas IES repensem a necessidade de desdobramento de ações com temas voltados para tais temáticas.

Com a renovação das bolsas dos alunos por mais 1 ano, urgiu uma tomada de decisões que visavam colocar o AfroAtitude em seus eixos iniciais: vulnerabilidade social, cultura e população negra, direitos humanos e prevenção das DST/AIDS. Entendia-se que tais ações deviam ser postas em prática de maneira muito cautelosa, sem se colocar contrárias aos bons resultados que o AfroAtitude vinha apresentando na UEL.

Houve, por parte da comissão que acompanha o AfroAtitude na UEL⁶, uma reação para que os projetos se encaixassem dentro das temáticas acima propostas. Nesse sentido, 3 das 4 temáticas foram plenamente contempladas. Dos novos projetos apresentados pelos alunos do UEL/AfroAtitude, com relação às temáticas, temos: 46,6% dos projetos desenvolvidos dizem respeito à vulnerabilidade social; 37,78% à cultura e população negra; 8,89% à prevenção das DST/AIDS.



Em relação ao ano passado, estes percentuais indicam um aumento de cerca de 6% no tema cultura e população negra, ao passo que as discussões em torno da prevenção das DST/AIDS caíram quase 3%. Por outro lado, atualmente, todos os bolsistas estão envolvidos diretamente com ações de prevenção das DST/AIDS, uma vez que disponibilizamos 4 horas das atividades deles para formação de multiplicadores e trabalhos de intervenção na comunidade acadêmica, principalmente, e local. A este projeto chamamos “Programa de Formação Continuada”, o qual todos os bolsistas UEL/AfroAtitude são obrigados a participar. Nele, contamos com 2 bolsistas de dedicação exclusiva, que são os monitores das atividades e que encabeçam os 3 grupos de trabalhos formados pelo Programa, que são:

- a) fazer levantamento bibliográfico e de sites sobre o tema DST/AIDS;
- b) sistematizar o serviço de orientação e de disponibilização de preservativos;
- c) organizar eventos temáticos sobre prevenção das DST/AIDS e
- d) elaborar material gráfico para campanhas de prevenção.

Para tanto, foram realizados, em 2006, vários eventos com fins de tornar os bolsistas do UEL/AfroAtitude multiplicadores.

Num balanço geral, podemos dizer que o grande salto qualitativo que o UEL/AfroAtitude teve nesse ano foi a integração entre os bolsistas e o engajamento de todos no combate das DST/AIDS e da discriminação racial. Para isso, foram imprescindíveis as parcerias com o Serviço de Bem-Estar à Comunidade (SEBEC), um centro de atendimento da UEL destinado a toda comunidade, principalmente da assistente social Betty Elmer Finatti e de Carla Maria Canalle Pagnossim, e também do Núcleo de Estudos Afro-Asiáticos (NEAA), nas pessoas da Dr^a Lucia Helena Oliveira Silva e Dr^a Elena Maria Andrei. Logo, o UEL/AfroAtitude apresenta uma dupla face: coloca-se como uma ação afirmativa que contribui para a permanência do bolsista cotista na Instituição e cria uma conscientização sobre as relações entre a

universidade e a população por meio dos temas dos projetos e pelas ações diretas do trabalho de prevenção com a comunidade.

NOTAS DE RODAPÉ

* Professor do Departamento de Letras Vernáculas e Clássicas da UEL, Doutor em Letras. Coordenador do UEL/Afroatitude.

¹ Esta conferência foi realizada em Durban, na África do Sul em 21 de agosto de 2001. A Resolução 78/2004, que institui o sistema de cotas para negros na UEL faz referência a esta conferência. Por isso, adotamos como subtítulo “A UEL no contexto pós-Durban”.

² Conforme a Resolução 78/2004, da Universidade Estadual de Londrina.

³ UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA. **Cadernos de Avaliação Institucional**. Londrina, 2005.

⁴ Em 2005 tivemos 286 alunos ingressos pelo sistema de cotas que se autodeclararam negros e, em 2006, esse número foi de 340, aumento de 15,88%.

⁵ Esta modalidade se refere a projetos propostos por professores ou colegiados de cursos que visa a tratar questões referentes aos currículos ou à formação complementar do aluno em graduação. Há uma lista em anexo com o nome do aluno e do projeto do qual participou, respeitando a modalidade.

⁶ Esta comissão foi formada pela Portaria nº 3.289 de 29 de junho de 2006, sendo composta pelo prof. Dr. Frederico Augusto Garcia Fernandes (coordenador do UEL/AfroAtitude), profª. Drª Elena Andrei (coordenadora do Núcleo de Estudos Afro-Asiáticos); profª. Drª Maria Aparecida Vivian de Carvalho (Pró-reitora de Graduação); prof. Osvaldo Yokota (diretor do Serviço de Bem-Estar da Comunidade) e pela psicóloga Carla Pagnossim, que foi ex-coordenadora do UEL/AfroAtitude. Em todas as reuniões contamos com a participação da representante dos alunos, Jocimara Pereira Benedito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA. **Cadernos de Avaliação Institucional**. Londrina, 2005.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA. **Resolução 78/2004**. Londrina, 2004.